



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140922 - BA (2021/0002908-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : C A D DE S (INTERNADO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por C. A. D. de S. contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8007639-20.2020.8.05.0000).

O recorrente cumpre medida socioeducativa de internação pela prática dos atos infracionais análogos aos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal; e art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o insurgente a ausência de fundamentação idônea para justificar a manutenção da internação, em razão do aumento do risco de contaminação pelo novo coronavírus, sendo devida a aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020 em seu favor.

Assevera que foram proibidas as visitas semanais pelos familiares, em prejuízo ao seu direito de convivência familiar, o que desvirtua a natureza da medida imposta.

Requer, liminarmente, que seja colocado em liberdade. No mérito, pede o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente